

Diário da Assembléia

N.ºs. 2.511/2.512

CURITIBA, 19 e 20 DE AGOSTO DE 1970

ANO IX

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

LISTA DE PRESENÇA

FRANCISCO ESCORSIN
ARTHUR DE SOUZA
DAVID FEDERMANN
GABRIEL MANOEL
HAROLDO BIANCHI
OLÍVIO BELICH
LEOPOLDO JACOMEL
ABRAHÃO MIGUEL
AGNALDO PEREIRA LIMA
ALENCAR FURTADO
AMADEU PUPPI
ANTÔNIO LOPES JÚNIOR
ARMANDO QUEIROZ
ARNALDO BUSATO
EMÍLIO CARAZZAI
ERONDI SILVÉRIO
EURICO ROSAS
FABIANO BRAGA CORTES
FUAD NACLI
IGO LOSSO
IVO TOMAZONI
JOÃO MANSUR
JORGE SATO
LUIZ CRUZ
LUIZ MALUCELLI
NELSON BUFFARA
OLAVO FERREIRA
OLIVIR GABARDO
OVIDIO FRANZONI
PAULO CAMARGO
PAULO POLI
PINTO DIAS
ROBERTO GALVANI
ROBERTO WYPYCH
SEME SCAFF
SILVIO BARROS
TULLIO VARGAS
WILSON FORTES

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente: Francisco Escorsin.

1.º Vice-Presidente: Arthur de Souza. 2.º Vice-Presidente: David Federmann. 1.º Secretário: Gabriel Manoel. 2.º Secretário: Haroldo Bianchi. 3.º Secretário: Olívio Belich. 4.º Secretário: Leopoldo Jacomel.

COMISSÃO TÉCNICAS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE: Emílio Carazzai (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Alencar Furtado (M.D.B.)

ARENA: Ivo Thomazoni — Arnaldo Busato — Paulo Poli — Abrahão Miguel — Paulo Camargo — Armando Queiroz — Luiz Renato Maluelli — Tullio Vargas

M.D.B.: Nelson Buffara

Suplentes:

ARENA: Antônio Lopes Júnior — Olavo Ferreira — João Mansur — Pinto Dias — Luiz Cruz — Wilson Fortes — Ovidio Franzoni — Roberto Galvani — Fabiano Braga Cortes — Amadeu Puppi

M.D.B.: Olivir Gabardo — Silvío Barros

Secretário: Maria Amália Cesar Cercal de Oliveira

Reuniões: Quartas-feiras

COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Roberto Galvani (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Silvío Barros (M.D.B.)

ARENA: Ovidio Franzoni — João Mansur — Paulo Poli — Roberto Wypych — Wilson Fortes

Suplentes:

ARENA: Antônio Lopes Júnior — Seme Scaff — Pinto Dias — Ivo Thomazoni — Luiz Cruz — Igo Lossó — Amadeu Puppi

M.D.B.: Alencar Furtado

Secretário: Lélito Guimarães Soto-Maior

Reuniões: Quintas-feiras

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Olivir Gabardo (M.D.B.)

ARENA: Abrahão Miguel — Seme Scaff — Aginaldo Pereira Lima

Suplentes:

ARENA: Wilson Fortes — Luiz Cruz — Roberto Galvani — Ovidio Franzoni

M.D.B.: Silvío Barros

Secretário: José do Canto Filho

Reuniões: Condições à matéria de sua competência

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE: Abrahão Miguel (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Silvío Barros (M.D.B.)

ARENA: Jorge Sato — Fuad Nacli — Roberto Galvani — Luiz Renato Maluelli — Roberto Wypych

Suplentes:

ARENA: Ovidio Franzoni — Aginaldo Pereira Lima — Luiz Cruz — Pinto Dias — Antônio Lopes Júnior — João Mansur — Fabiano Braga Cortes

M.D.B.: Nelson Buffara

Secretário: Elcy Silva Batista

Reuniões: Condições à matéria de sua competência

COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Ivo Thomazoni (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Silvío Barros (M.D.B.)

ARENA: Roberto Galvani — Olavo Ferreira — Aginaldo Pereira Lima

Suplentes:

ARENA: Fabiano Braga Cortes — Igo Lossó — João Mansur — Ovidio Franzoni

M.D.B.: Olivir Gabardo

Secretário: Antônio Lacerda Braga Neto

Reuniões: Terças e Sextas-feiras

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Olavo Ferreira (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Igo Lossó (ARENA)

ARENA: Fabiano Braga Cortes — Seme Scaff

M.D.B.: Alencar Furtado

Suplentes:

ARENA: Luiz Renato Maluelli — Jorge Sato — Tullio Vargas — Armando Queiroz — Fuad Nacli

M.D.B.: Olivir Gabardo

Secretário: Gilberto Felix de Silva

Reuniões: Terças-feiras

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Ovidio Franzoni (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Eurico Rosas (M.D.B.)

ARENA: Arnaldo Busato — Amadeu Puppi — Paulo Camargo

Suplentes:

ARENA: Emílio Carazzai — Igo Lossó — Seme Scaff — Fabiano Braga Cortes

M.D.B.: Olivir Gabardo

Secretário: Lóris Cordeiro de Barros

Reuniões: Segundas-feiras

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Igo Lossó (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Aginaldo Pereira Lima (ARENA)

ARENA: Luiz Renato Maluelli — Fabiano Braga Cortes

M.D.B.: Nelson Buffara

Suplentes:

ARENA: Abrahão Miguel — Emílio Carazzai — Luiz Cruz — Wilson Fortes

M.D.B.: Eurico Rosas

Secretário: Igo Lossó

Reuniões: Condições à matéria de sua competência

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Olavo Ferreira (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Alencar Furtado (M.D.B.)

ARENA: Igo Lossó — Luiz Cruz — Roberto Wypych

Suplentes:

ARENA: Luiz Renato Maluelli — Antônio Lopes Júnior — Abrahão Miguel — Seme Scaff — Amadeu Puppi

M.D.B.: Silvío Barros

Secretário: Ney Rodrigues

Reuniões: Quintas-feiras

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Aginaldo Pereira Lima (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Ivo Thomazoni (ARENA)

ARENA: Fabiano Braga Cortes

M.D.B.: Eurico Rosas

Suplentes:

ARENA: Igo Lossó — Olavo Ferreira — Luiz Renato Maluelli — Antônio Lopes Júnior

M.D.B.: Nelson Buffara

Secretário: Roberto Diniz Satyro

Reuniões: Terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: João Mansur (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Nelson Buffara (M.D.B.)

ARENA: Seme Scaff — Pinto Dias — Roberto Galvani

Suplentes:

ARENA: Luiz Cruz — Paulo Camargo — Luiz Renato Maluelli — Igo Lossó

M.D.B.: Eurico Rosas

Secretário: Carmen Aparecida Fregonese

Reuniões: Segundas-feiras

COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Luiz Renato Maluelli (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Seme Scaff (ARENA)

ARENA: Wilson Fortes — Pinto Dias

M.D.B.: Nelson Buffara

Suplentes:

ARENA: João Mansur — Luiz Cruz — Fabiano Braga Cortes — Arnaldo Busato — Olavo Ferreira

M.D.B.: Eurico Rosas

Reuniões: Condições à matéria de sua competência

Secretário: Maria Stella M. A. Gurgel

EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 4

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, atendendo ao disposto do Art. 244 da Lei n.º 293, 293 de 24 de novembro de 1.949, faz saber ao funcionário Lauro Alcantara Martins, ocupante do cargo de nível "PL-23", da carreira de Oficial Legislativo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, que tendo sido verificado o seu não comparecimento por mais de trinta (30) dias consecutivos, fica pelo presente Edital de Chamamento, pelo prazo de vinte (20) dias contados de sua primeira publicação, convidado a justificar devidamente o seu afastamento ou fazer prova de que o mesmo se funda em motivo de força maior ou coação ilegal, sob pena de dispensa por abandono de cargo, nos termos do Art. 35, da já citada Lei.

E, para que não alegue ignorância é expedido o presente Edital de Chamamento, que será publicado nos diários da Assembleia e Oficial do Estado. Gabinete da Diretoria Geral, em 19 de agosto de 1970.

a) Flodoaldo Trindade — Diretor Geral

RESOLUÇÃO N.º 8-70

Data: 10 de agosto de 1970.

Súmula: Aprova convênio firmado entre o Estado do Paraná através da Secretaria de Saúde Pública e o Ministério da Saúde, em 6 de março de 1969, para ação fiscal sobre Órgãos Executivos da atividade Hemoterápica.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Fica aprovado nos termos do item VII, artigo 22 da Constituição Estadual, o Convênio firmado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde Pública e o Ministério da Saúde, em 6 de março de 1969, para exercício de ação fiscal sobre os órgãos executivos da atividade hemoterápica.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro" 10 de agosto de 1970.

Francisco Escorsin — Presidente.

RESOLUÇÃO N.º 8-70

Data: 10 de agosto de 1970.

Súmula: Aprova convênio firmado entre o Estado do Paraná através da Secretaria de Saúde Pública e o Ministério da Saúde, em 6 de março de 1969, para ação fiscal sobre Órgãos Executivos da atividade Hemoterápica.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Fica aprovado nos termos do item VII, artigo 22 da Constituição Estadual, o Convênio firmado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde Pública e o Ministério da Saúde, em 6 de março de 1969, para exercício de ação fiscal sobre os órgãos executivos da atividade hemoterápica.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 10 de agosto de 1970.

Francisco Escorsin — Presidente

RESOLUÇÃO N.º 8-70

Data: 14 de agosto de 1970.

Súmula: Aprova os termos do inciso VII, Art. 22, da Constituição Estadual, os Convênios firmados entre o Estado do Paraná e os Municípios que especifica:

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Ficam aprovados, nos termos do inciso VII, art. 22, da Constituição Estadual, os convênios firmados entre o Estado do Paraná e os Municípios de Barbosa Ferraz, no valor de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros); Bom Sucesso, no valor de Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros); Cafeará no valor de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros); Califórnia, no valor de Cr\$ 7.000,00 (sete mil cruzeiros); Campo Largo, no valor de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros); Congoninhas no valor de Cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros); Contenda, no valor de Cr\$ 7.000,00 (sete mil cruzeiros); Jussara, no valor de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros); Lapa, no valor de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros); Leônidas Marques, no valor de Cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros); Londrina, no valor de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros); Mallet, no valor de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros); Marechal Cândido Rondon, no valor de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros); Maria Helena, no valor de Cr\$ 7.000,00 (sete mil cruzeiros); Marialva, no valor de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros); Mariluz, no valor de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros); Marumbi, no valor de Cr\$ 9.000,00 (nove mil cruzeiros); Peabiru, no valor de Cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros); São João do Ivaí, no valor de Cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros); São Jorge do Oeste, no valor de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros); São José da Boa Vista, no valor de Cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros); Tapira, no valor de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros); Barracão, no valor de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros); Bocatuba do Sul, no valor de Cr\$ 7.000,00 (sete mil cruzeiros); Cândido de Abreu, no valor de Cr\$ 9.000,00 (nove mil cruzeiros); Centenário do Sul, no valor de Cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros); Céu Azul no valor de Cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros); Japira, no valor de Cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros); Jardim Olinda, no valor de Cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros); Paranapoema, no valor de Cr\$ 8.000,00 (seis mil cruzeiros); Pato Branco, no valor de Cr\$ 9.000,00 (nove mil cruzeiros); Tamboara no valor de Cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros); Ubatirã, no valor de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros); Verê, no valor de Cr\$ 9.000,00 (nove mil cruzeiros); Tomazina, no valor de Cr\$ 7.000,00 (sete mil cruzeiros); Wenceslau Braz, no valor de Cr\$ 7.000,00 (sete mil cruzeiros) e São Tomé, no valor de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), destinados à ajuda financeira àqueles comuns.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 14 de agosto de 1970.

Francisco Escorsin — Presidente

DECRETOS LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 400-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná,

no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5.121 de 23 de julho de 1970, deste Poder,

R E S O L V E :

designar para prestar serviços no Gabinete da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado Fabiano Braga Côrtes, o funcionário Ronaldo Lopes Linhares, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, a partir de 1.º de junho de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 07 de agosto de 1970.

- a) Francisco Escorsin — Presidente
- a) Gabriel Manoel — 1.º Secretário
- a) Haroldo Bianchi — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 401-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5.304 de 30 de julho de 1970, deste Poder,

R E S O L V E :

designar para prestar serviços de assessoramento no Gabinete da Diretoria Geral, o funcionário Nicanor de Vasconcelos Souza, ocupante do cargo de Assistente Técnico, da parte suplementar do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de agosto de 1970.

- a) Francisco Escorsin — Presidente
- a) Gabriel Manoel — 1.º Secretário
- a) Haroldo Bianchi — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 402-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4.811 de 14 de julho de 1970, deste Poder,

R E S O L V E :

designar para prestar serviços no Gabinete da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado Paulo Poli, o funcionário Almir Oliveira dos Santos, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13 de agosto de 1970.

- a) Francisco Escorsin — Presidente
- a) Gabriel Manoel — 1.º Secretário
- a) Haroldo Bianchi — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 403-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4.442 de 1.º de julho de 1970, deste Poder,

R E S O L V E :

designar para prestar serviços no Gabinete da Liderança do MDB, o funcionário Luiz Carlos Martins Araújo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13 de agosto de 1970.

- a) Francisco Escorsin — Presidente
- a) Gabriel Manoel — 1.º Secretário
- a) Haroldo Bianchi — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 404-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4.821 de 14 de julho de 1970, deste Poder,

R E S O L V E :

designar para prestar serviços no Gabinete da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado Roberto Wypych, o funcionário Dino de Almeida do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13 de agosto de 1970.

- a) Francisco Escorsin — Presidente
- a) Gabriel Manoel — 1.º Secretário
- a) Haroldo Bianchi — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 405-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5.149 de 2 de setembro de 1970, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, com base na Lei n.º 4.979, de 7 de dezembro de 1964, em favor de Abib Miguel, ocupante do cargo de nível PL "30", de Auxiliar Técnico, da parte suplementar do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1967, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13 de agosto de 1970.

- a) Francisco Escorsin — Presidente
- a) Gabriel Manoel — 1.º Secretário
- a) Haroldo Bianchi — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 406-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4.819 de 14 de julho de 1970, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, com base na Lei n.º 4.979, de 7 de dezembro de 1964, em favor de Lucy de Mello Keimert, ocupante do cargo de nível PL "21", da carreira de Oficial Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1968, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13 de agosto de 1970.

- a) Francisco Escorsin — Presidente
- a) Gabriel Manoel — 1.º Secretário
- a) Haroldo Bianchi — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 408-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5.157 de 24 de julho de 1970, deste Poder,

R E S O L V E :

designar o funcionário João André Clele, ocupante do cargo de nível PL "23", da carreira de Oficial de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria

desta Assembleia, para exercer as funções de Auxiliar de Portaria, percebendo gratificação de função de Símbolo P.F. a partir de 1.º de agosto de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13 de agosto de 1970.

- a) Francisco Escorsin — Presidente
a) Gabriel Manoel — 1.º Secretário
a) Haroldo Bianchi — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 407-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4.809 de 14 de julho de 1970, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar interromper, a partir de 04 de agosto de 1970 a licença especial, concedida através do Decreto Legislativo n.º 220-70, de 07 de maio de 1970, a Lilian Mary dos Santos Rebêlo, ocupante do cargo de nível TL "5", da carreira de Taquígrafo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, ficando o período restante de três (03) meses, para ser gozado em outra oportunidade.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13 de agosto de 1970.

- a) Francisco Escorsin — Presidente
a) Gabriel Manoel — 1.º Secretário
a) Haroldo Bianchi — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 409-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4.290 de 26 de junho de 1970, deste Poder,

R E S O L V E :

designar para prestar serviços no Gabinete da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado João Mansur, o funcionário Gilberto Felix da Silva, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13 de agosto de 1970.

- a) Francisco Escorsin — Presidente
a) Gabriel Manoel — 1.º Secretário
a) Haroldo Bianchi — 2.º Secretário

4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura

Ata da 121.ª Sessão Ordinária

Realizada em 19 de Agosto de 1970 (Quarta-feira)

Presidência do sr. deputado Francisco Escorsin, secretariada pelos srs. deputados Abraão Miguel e Fabiano Braga Côrtes.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Francisco Escorsin, Arthur de Souza, Gabriel Manoel, Haroldo Bianchi, Leopoldo Jacomet, Agnaldo Pereira Lima, Alencar Furtado, Amadeu Puppi, Antônio Lopes Júnior, Abraão Miguel, Enílio Carrazzi, Erondy Silvério, Eurico Rosas, Fabiano Braga Côrtes, Ivo Tomazoni, João Mansur, Jorge Sato, Luiz Cruz, Luiz Malucelli, Nelson Buffara, Olivir Gabardo, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli e Roberto Wypych (25); achando-se ausentes os seguintes srs. deputados: David Federmann, Olívio Belich, Armando Queiroz, Arnaldo Busato, Euad Nacchi, Ego Lasso, Olavo Ferreira, Pinto Dias, Roberto Galvani, Seme Scaff, Silvio Barros Túlio Vargas e Wilson Fortes (13).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

MENSAGEM:

Curitiba, 13 de agosto de 1970.

MENSAGEM N.º 24/70

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva criar no Quadro Próprio do Magistério, 1.500 (mil e quinhentos) cargos de Professor do Ensino Médio (Licenciado), nível 22, os quais integrarão, no referido Quadro, o Grupo Ocupacional M-200, Código M-201.

A proposição constante do Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Assembleia Legislativa reveste-se de alto significado ao Setor Educacional do Estado, eis que a pretendida criação de cargos, visa dotar a Secretaria de Educação e Cultura do necessário número de Professores no Ensino Médio, cuja imperiosidade foi constatada em levantamentos efetuados pela referida Secretaria, com vistas ao interesse da Administração e da coletividade, no sentido de proporcionar suficiente número de matrículas naquele grau de ensino.

Tendo em vista os elevados interesses Públicos, é solicitada, para apreciação da matéria contida no anexo Plano de Lei, a forma prevista pelo § 3.º, do art. 25, da Constituição Estadual.

Certo de que a medida submetida a essa Colêndia Casa merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) PAULO PIMENTEL
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Ficam criados, no Grupo Ocupacional M.200, do Quadro Próprio do Magistério, 1.500 (mil e quinhentos) cargos de Professor do Ensino Médio (Licenciado) nível 22, Código M-201.

Art. 2.º — As despesas decorrentes da aplicação da presente lei correrão à conta das verbas próprias do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. — A Comissão de Constituição e Justiça.

OFÍCIOS:

Sob o n.º 98-70, oriundo de Mensagem Governamental sob o n.º 20-70, comu-

nicando haver em data de 31 do mês passado, Sancionado o Projeto de Lei n.º 133-70, que dispõe sobre a criação de 10 cargos de Juizes do Tribunal de Alçada e dá outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.137. — Agradeça-se.

Sob o n.º 95-70, oriundo de Mensagem Governamental sob o n.º 18-70, comunicando haver em data de 23 do mês próximo passado, Sancionado o Projeto de Lei n.º 112-70, que autoriza o Poder Executivo a contrair empréstimos ou obter financiamentos externos até o montante de Cr\$ 182.000.000,00 (cento e oitenta e dois milhões de cruzetiros), para atender aos custeios com a complementação das obras de ligação ferroviária direta entre Apucarana e Ponta Grossa (Estrada de Ferro Central do Paraná), o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.134. — Agradeça-se.

Sob o n.º 96-70 do senhor Governador do Estado, comunicando haver em data de 24 do mês próximo passado, Sancionado os Projetos de Lei n.ºs.: 85-70 — Do senhor deputado Paulo Camargo, que cria na sede do município de Umuarama, uma Circunscrição do Trânsito, com jurisdição nos municípios de Umuarama, Icaraima, Altônia, Pérola, Xamburé, Alto Piquiri e Iporã, tomando por Lei o n.º 6.135. — Agradeça-se.

105-70: — Do senhor deputado Paulo Camargo, que autoriza o Poder Executivo a instituir uma Fundação Educacional na sede do município de Umuarama com a finalidade de criar, instalar e manter uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e uma Faculdade de Ciências Econômicas e dá outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.136. — Agradeça-se.

Do senhor Vátel Gonçalves Pereira, presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná, comunicando que assumiu o cargo de Presidente do referido Tribunal, em virtude do titular do mesmo, senhor desembargador Alcino de Carvalho e Souza, haver entrado em gozo de seis meses de licença especial. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

Sob o n.º 101-70 do senhor Governador do Estado, no qual acusa recebido e agradece manifestação honrosa de autoria do senhor deputado Gabriel Manoel. — Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.

Sob o n.º 102-70 do senhor Governador do Estado, no qual acusa recebimento de requerimento de autoria do senhor deputado Eurico Rosas. — Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.

Sob o n.º 3106-70, do senhor Abreu Sodré, governador do Estado do São Paulo, no qual presta informações em atenção ao requerimento de autoria do senhor deputado Erondy Silvério. — Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.

Circular sob o n.º 4, do senhor Brasília Ramos Caiado, presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, comunicando que foi eleita e empossada a nova Mesa daquele Legislativo. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

Sob o n.º 1215, do senhor Eurides Mascarenhas Ribas, secretário de Estado dos Negócios dos Transportes, no qual presta informações em atenção ao requerimento do senhor deputado Olavo Ferreira. — Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.

Sob o n.º 58-70, dos senhores vereadores Iris A. Mazzuchetti e Nelson Teodoro de Oliveira, presidente e Primeiro Secretário da Câmara Municipal de Campo Mourão, comunicando o apoio daquela Entidade, no que diz respeito ao artigo 177, parágrafo 2.º da Constituição de 1967. — Ao conhecimento da Casa.

Circular sob o n.º 1, do senhor Antonio Moraes Pereira da Costa, 1.º Secretário do Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá, comunicando a eleição e posse da nova Diretoria daquele Instituto. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

Do senhor Ayrton Zanon, pesquisador em Agricultura, no qual presta informações em atenção ao requerimento do senhor deputado Roberto Wypych. — Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.

Do senhor Waldyr Salmon, presidente da União dos Portuários de Paranaguá, comunicando a eleição e posse da nova Mesa Diretora daquela Entidade. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Não há oradores inscritos para o Pequeno Expediente. Está livre a palavra.

O SR. JOÃO MANSUR — (Pela Ordem). — Sr. Presidente, requeiro verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere. O sr. 1.º Secretário procederá à chamada dos srs. Deputados.

(Fé feita a chamada)

Responderam à chamada 15 srs. Deputados. Há número para prosseguimento da sessão.

Concedo a palavra ao nobre deputado Alencar Furtado, primeiro orador inscrito para o Grande Expediente.

O SR. ALENCAR FURTADO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Esta Assembleia há de ser o cérebro político do Paraná e no instante em que se aproximam as eleições deveríamos, mais do que nunca, estarmos vigilantes, nesta Casa, em defesa da instituição parlamentar, com o propósito de servir ao nosso povo.

Três assuntos me trazem a esta tribuna.

O primeiro, srs. Deputados, é o seguinte: esta Casa, nesta tarde, recebeu um cidadão — Antônio Faria de Lara, oriundo de Pirajó do Sul, que veio a Curitiba trazendo sua mãe para ser operada, como indigente, no Hospital das Clínicas.

Retornando daquele hospital, e nas imediações da Estação Rodoviária, foi preso por elemento da Delegacia de Furtos e Roubos desta Capital. Preso às 13 horas de ontem, só hoje, depois de torturado barbaramente, submetido a suplício medieval, submeteram-no ao pau de arara, foi espancado nas costas, nos membros inferiores e superiores. O seu sexo torturado violentamente, a ponto de estar de forma escandalosamente imprópria, até

para dizer-se. O cidadão se encontra nesta Casa, veio pedir justiça aos homens que representam o povo neste Estado.

Durante 20 anos de advocacia criminal, poucos foram os casos que me chegaram ao conhecimento de tanto barbarismo. Bárbaro, incivilizado é o Esquadrão da Morte. Pior que ele, para mim, é a autoridade que dá a morte moral, suplantando fisicamente um cidadão, mormente aquele quase indefeso no meio da sociedade. Pior que o Esquadrão da Morte, a matar armando com a responsabilidade de delinquência ilegal encoberta, é uma Delegacia em pleno centro da Capital curitibana, ser responsável por uma tortura que não tem adjeção nenhuma que possa ser enquadrada num capítulo, a não ser "delitos vários" do Código Criminal, do Delegado e seus auxiliares co-responsáveis.

Desta tribuna, na solidariedade à vítima, porque quando há uma lesão a um cidadão, uma pequena parcela, média ou grande da sociedade também foi lesionada na solidariedade a ele, à sociedade que também foi vítima, faço um apelo desta tribuna às autoridades do Governo do Estado para que não constitem que ninguém cometa arbitrariedades dessa monta, porque viria afetar o Governo, que por vezes, talvez, nem conheça o episódio.

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nós estamos escutando com máximo interesse o fato que V. Exa. traz ao conhecimento da Casa. E deploramos sinceramente que isso tenha acontecido, embora saibamos que, segundo informações que tive por parte do deputado Olivir Gabardo, o fato ocorreu na Delegacia de Furtos e Roubos. Embora saibamos que aquela especializada certamente tem que usar métodos enérgicos no trato com ladrões ou pessoas que são suspeitas de crime de roubo, embora tendo conhecimento de que esses métodos devem ser às vezes rigorosos, nós repudiamos com veemência o fato de que V. Exa. traz ao conhecimento da Casa. Temos quase que absoluta certeza, se isso realmente aconteceu a uma pessoa inocente, não foi do conhecimento do Delegado titular daquela especializada, dr. Bucoski, porque não cremos que aquele brilhante servidor de nossa Polícia Civil permitia atos desumanos dentro de um próprio estadual.

Mas temos absoluta certeza de que não são do conhecimento do Delegado e também do diretor da Polícia Civil, bacharel Lamartine, porque se o Diretor da Polícia Civil e o Delegado Bucoski também daquela especializada, tiveram conhecimento dos escabrosos fatos relatados por V. Exa., e não tomaram conhecimento ou melhor, providências enérgicas, então é de se perder a esperança e mesmo a fé nos homens. Porque não se admite que um ser humano seja tratado da forma como o foi este cidadão, sem que as autoridades tomem uma atitude mais enérgica contra os responsáveis por este fato.

Mas nós nos solidarizamos com V. Exa., e V. Exa. disse muito bem que o sr. Governador, por certo já tomou conhecimento, e posso informar a V. Exa. que o sr. Governador não ficará indiferente a este fato. Nós levaremos a S. Exa. a nossa palavra, e temos a certeza de que o sr. governador Paulo Pimentel, que não admite violência contra cidadãos indefesos, e que tem procurado a concórdia e a amizade de todos os cidadãos indefesos, não permite jamais que um cidadão tivesse o tratamento que este cidadão teve. E por isso queremos nos solidarizar com V. Exa., dizendo mais, que apoiaremos qualquer requerimento, qualquer medida pleiteada por V. Exa. Ena. de protesto contra as arbitrariedades que foram praticadas contra este cidadão dentro de uma Delegacia Especializada.

O SR. ALENCAR FURTADO — Agradeço, sensibilizado a atenção com que V. Exa. sempre tem afluído na análise dos fatos trazidos nesta Casa.

Mas, nobre Deputado, afluência que em 20 anos de advocacia, foram raros os casos iguais a este. Os testículos, ao lambeo da esfera de uma bola de futebol, o membro, deformado, o corpo, cheio de lesões. Sim, este é o estado em que se encontra, dentro desta Casa, para exame de quantos queiram vê-lo o sr. Antônio Lara. Acredito que providências não de ser tomadas, e severas mesmo, porque severo demais foi o suplicio.

Outro assunto que me permito abordar, prende-se à Secretaria de Educação e Cultura, mais propriamente à responsabilidade do sr. Secretário de Educação.

Letmos, na imprensa paranaense, a propaganda "queremos uma sala de aula por dia, e nenhuma criança ficará sem escola". A afirmação é do sr. governador do Estado, estampada num clichê curioso, onde se lê a mentira para o efeito ser maior.

Na justificativa da propaganda se lê: "13 salas de aulas criadas por dia". Uma dúzia a mais do prometido, sr. Deputados.

Mas passei, sr. Deputados, dias atrás, pela cidade de Goleio-Erê. O ex-Prefeito da cidade, se não me engano presidente da Arena, revoltado pelo descaso em que se encontra Goleio-Erê, no trato que tem sido dispensado pelo sr. Secretário de Educação. O Grupo Escolar "Maria Antonieta Scarpar" não existe em prédio no Estado e funciona no Clube do Comércio de Goleio-Erê; duas salas estão sendo construídas, anexas ao ginásio, às expensas da população de Goleio-Erê, em subscrição pública. Nenhuma construção escolar foi feita no município, nenhum convênio também foi firmado, para a construção de qualquer escola naquele município, mas o atual sr. Secretário de Educação, tão cioso na propaganda, aqui e no Canal Tibagi, em Apucarana, é omissa em sua Pasta, em termos de realização secretarial, e muito atívida em termos de propaganda.

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre deputado Alencar Furtado, nós não temos procuração para defender o sr. Secretário de Educação, e nem vamos fazê-lo; todavia, nós queremos discordar, de início, quando V. Exa. diz que o Governo não construiu nada em Goleio-Erê, em matéria de prédio escolar. Eu não tenho em mãos, para dar detalhes a V. Exa., o que o Governo fez no município de Goleio-Erê, mas assumo o compromisso com V. Exa. de, na próxima sessão trazer a V. Exa. o investimento feito pelo Governo, em matéria de educação, no município de Goleio-Erê. Temos absoluta certeza de que aquele município foi atendido, porque presenciamos, por coincidência, uma entrevista que concedeu o ex-Prefeito de Goleio-Erê, quando anunciou aquela autoridade municipal o seu agradecimento ao Governo, pelo amparo que este tinha dado, no setor educacional, ao município de Goleio-Erê, durante a sua gestão.

O SR. ALENCAR FURTADO — Muito obrigado, porém me permita V. Exa., apenas para complementar meu raciocínio, não pretendo atrapalhá-lo, dizer que se V. Exa. trouxesse das áreas governamentais a promessa, porque posso afluência-lhe que não existe construção de prédio escolar nenhuma, está havendo até uma demolição do atual prédio do Grupo Escolar antigo construído se não me engano no tempo de Moysés Lupion, mas se V. Exa. pudesse trazer à Casa, principalmente à população de Goleio-Erê a promessa de ser construído o Grupo Escolar de Goleio-Erê, que funciona hoje no Clube do Comércio — localizado por sinal em péssimas instalações — a an-

pliação de ginásio que já não comporta os estudantes, e o povo está fazendo ampliações em duas salas, com subscrição pública, e o prédio da Escola Normal, meu caro líder do Governo, temos a certeza de que a população de Goleio-Erê aplaudirá o Governo que V. Exa. representa nesta Casa, calorosamente, porque seria um aplauso da população escolarizada daquele município, se V. Exa. se compromettesse, caro líder, em trazer a promessa daquele benefício, V. Exa. seria pessoa gratíssima e o Governo também daquela comuna. Era isto que aguardava, se fosse possível, tendo em vista o prestígio que V. Exa. tem em mão e que bem poderia utilizar em socorro daquela população.

O sr. Erondy Silvério — V. Exa., como sempre, é habilidoso. V. Exa. desviou essa parte do nosso discurso, quando nós dissemos que iríamos provar a V. Exa. que o Governo tem investido no setor educacional e V. Exa. pretende que assumamos aqui, publicamente, o compromisso de construir o ginásio, de ampliação do ginásio e construção de novo prédio, escola normal etc. Nós não podemos, de pronto, prometer isto mas levaremos ao Governador, pessoalmente, o apelo de V. Exa., não é mesmo nome mas em nome de V. Exa., que tão bem tem representado o povo do Paraná neste Poder Legislativo. Tenho absoluta certeza de que o sr. Governador não ficará insensível ao apelo que V. Exa. está fazendo, que não é outro senão a favor do povo de Goleio-Erê, a favor do povo daquela próspera comuna interitirana. Tenho certeza absoluta de que o Governador vai atender o apelo de V. Exa. pode se acreditar na gratidão daquele povo. Tenho absoluta certeza de que o Governador determinará ao órgão competente para que atenda Goleio-Erê.

O SR. ALENCAR FURTADO — Agradeço o empenho de V. Exa. e quando se empenha como faz agora, tenho certeza por antecipação, de que Goleio-Erê está salva no setor educacional, com as construções superadas agora. Tenho certeza, mas acredito que o sr. Governador seja sensível a este reclamo como foi e aqui faço justiça como foi sensível, a um reclamo nosso aqui também desta tribuna, que a Casa inteira fez oiro quando apelamos para que fosse dado início ou pelo menos constasse do plano rodoviário estadual o trecho Campo Mourão-Goleio-Erê-Casvel. Tenho certeza, já que foge do plano rodoviário a despeito de ser órgão federal, foge do plano rodoviário federal este trecho rodoviário, após o apelo da Casa, feito por nós intermediário.

Com as palavras de V. Exa., eu apenas queria "ad-mitisculo", dizer que há setores públicos, em toda a vida pública, há setores positivos e há setores negativos. É natural que um Governo possua setores positivos e setores negativos.

Até certo ponto que possua setores negativos e para mim um dos setores negativos da atual administração governamental é a Secretaria de Educação e Cultura do Paraná. As professoras vêm tendo uma luta homérica para serem atendidas, para ser atendido um postulado constitucional descaracterizado, quase diria que desmoronou um órgão técnico chamado DESP fazendo dois pareceres sobre o mesmo assunto e de maneira diferente. Vamos ver ainda as zeladoras, as serventes, deste Estado, sem receber, em quase todas as comunas, e muitas ainda recebendo aquém do salário mínimo e numa fraude à lei, porque desamparadas da Consolidação das Leis do Trabalho porque desamparadas do Estatuto dos Servidores Públicos, porque paga uma verba apelidada de "higiene e asseio", não tem garantia nenhuma para coisa alguma, nem para ficar doente, porque o IPE não a beneficia. Um Secretário que se preza, teria de prezar pelo menos a categoria mais humilde da sua secretaria, que a meu ver é a zeladora, a servente. Mas prefere fazer propaganda, falar bonito na televisão, gastar dinheiro nos jornais aqui e fora deste Estado. Para mim, se houvesse mais maturidade por parte daquele Secretário, para não prejudicar tanto um Governo deveria ele retirar-se desta secretaria para dar lugar a outro.

O terceiro assunto, sr. Deputados, é um agradecimento que de público tenho a fazer à Companhia Telefônica do Paraná S.A., que atendendo sugestão de nossa autoria, publicou a Constituição do Paraná na nova lista telefônica.

Era só. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente, passaremos a

ORDEM DO DIA,

com a presença de 21 srs. Deputados.

O SR. PAULO POLI — (Pela ordem). Sr. Presidente, requiro a chamada nominal dos srs. Deputados para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — O sr. Lo Secretário procederá a chamada nominal dos srs. Deputados para verificação de quorum.

(É feita a chamada).

Responderam a chamada 10 srs. Deputados. Não há quorum.

Está encerrada a presente sessão, convocando outra para amanhã, dia 20, quinta-feira, às 10 horas da manhã, com a mesma Ordem do Dia da sessão de hoje.

Levanta-se a sessão.

4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura Ata da 122.ª Sessão Ordinária Realizada em 20 de Agosto de 1970 (Quinta-feira)

Presidência do sr. deputado Francisco Escorsin, secretariada pelos srs. deputados Paulo Poli e David Federmann.

As 10,00 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Francisco Escorsin, Arthur de Souza, David Federmann, Gabriel Manoel, Haroldo Bianchi, Leopoldo Jacomet, Agnaldo Pereira Lima, Alencar Furtado, Amadeu Puppi, Armando Queiroz, Arnaldo Busato, Emílio Carrazzi, Erondy Silvério, Fabiano Braga Cortes, João Mansur, Jorge Saló, Luiz Cruz Luiz Maluchelli, Nelson Buffara, Olivir Gabardo, Paulo Poli e Silvio Barros (22); achando-se ausentes os seguintes srs. deputados: Olívio Belich, Antônio Lopes Júnior, Abraão Miguel, Eurico Rosas, Fuad Nachi, Igo Losso, Ivo Tomazoni, Olavo Ferreira, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Pinto Das, Roberto Galvani, Roberto Wypych, Seme Scaff, Túlio Vargas e Wilson Fortes (16).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. EMILIO CARAZZAI — (Pela ordem). Sr. Presidente, ao que me parece, não há número legal para o funcionamento da sessão e por tal motivo, peço a V. Exa. que solicite ao sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos srs. Deputados para constatação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — Deito o requerimento. O sr. 1.º Secretário fará a chamada nominal dos srs. Deputados para verificação de quorum.

(É feita a chamada)
Responderam a chamada 8 srs. Deputados. Há quorum para prosseguimento da sessão.

Em discussão a ata. (Pausa). Não havendo quem queira discuti-la, declarou-se aprovada.

O SR. EMILIO CARAZZAI — (pela ordem). Sr. Presidente, requiro verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — Deito o requerimento. O sr. 1.º Secretário fará a chamada nominal dos srs. Deputados para verificação de quorum.

(É feita a chamada)
Responderam a chamada 8 srs. Deputados.
Esta Presidência comunica que recebeu o seguinte ofício da 5a. Região Militar: (Le):

"Ofício n.º 287 SERP/5

Exmo. sr. Presidente:

O Comando da 5a. Região Militar e 5a. Divisão de Infantaria tem a submissão de convidar V. Exa. e srs. Deputados da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, para a Sessão Cívica de Encerramento da ACISO-70, a realizar-se no Auditório da Reitoria da Universidade Federal do Paraná, às 20.00 horas do próximo dia 27 de agosto de 1970.

(a) Gen. Div. José Campos de Aragão
Não há quorum para prosseguimento da sessão.
Declaro encerrada a presente sessão, designando outra para terça-feira, dia 25, à Hora Regimental, com a mesma

ORDEM DO DIA.

marcada para a sessão de hoje, e mais:

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 25-70.

Levanta-se a sessão.

PORTARIAS:

PORTARIA N.º 326-70

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 5453, de 04 de agosto de 1970, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a NEUZA ALVES DE OLIVEIRA, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1970, a partir de 1.º de julho de 1970.

Gabinete da Diretoria Geral, em 13 de agosto de 1970.

a) — FLODOALDO TRINDADE — Diretor Geral

PORTARIA N.º 327-70

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 5593, de 7 de agosto de 1970, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a DALTON BORGES TAYER, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, quinze (15) dias de férias, referentes ao exercício de 1970, a partir de 10 de agosto de 1970.

Gabinete da Diretoria Geral, em 13 de agosto de 1970.

a) — FLODOALDO TRINDADE — Diretor Geral

PORTARIA N.º 328-70

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 5477, de 5 de agosto de 1970, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a OLGA MARIA ROCHA ATHAYDE, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, trinta (30) dias de licença, para tratamento, em prorrogação, a partir de 06 de agosto de 1970.

Gabinete da Diretoria Geral, em 13 de agosto de 1970.

a) — FLODOALDO TRINDADE — Diretor Geral

PORTARIA N.º 329-70

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 5560, de 06 de agosto de 1970, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a GENIR DOS SANTOS FERNANDES, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, oito (08) dias de licença, para tratamento, a partir de 27 de julho de 1970.

Gabinete da Diretoria Geral, em 13 de agosto de 1970.

a) — FLODOALDO TRINDADE — Diretor Geral

PORTARIA N.º 330-70

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 5584, de 7 de agosto de 1970, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a MARIA NEIDE BOZA STIVAL, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1969, a partir de 10 de agosto de 1970.

Gabinete da Diretoria Geral, em 13 de agosto de 1970.

a) — FLODOALDO TRINDADE — Diretor Geral

PORTARIA N.º 331-70

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 5588, de 7 de agosto de 1970, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a OCIREMA-STAMM BELLE, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, vinte (20) dias de férias, referentes ao exercício

de 1970, a partir de 10 de agosto de 1970.

Gabinete da Diretoria Geral, em 13 de agosto de 1970.

a) FLODOALDO TRINDADE — Diretor Geral

PORTARIA N.º 332-70

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 5661, de 11 de agosto de 1970, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a OLGA POPOVITCH, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, noventa (90) dias de licença, para tratamento, a partir de 03 de agosto de 1970.

Gabinete da Diretoria Geral, em 17 de agosto de 1970.

a) FLODOALDO TRINDADE — Diretor Geral

PORTARIA N.º 333-70

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 5678, de 11 de agosto de 1970, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a DOLORES TULIO BARVICK, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, dez (10) dias de licença, para acompanhar tratamento de sua filha, a partir de 12 de agosto de 1970.

Gabinete da Diretoria Geral, em 17 de agosto de 1970.

a) FLODOALDO TRINDADE — Diretor Geral

PORTARIA N.º 334-70

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 4895, de 16 de julho de 1970, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a ELIDA DAITCHMANN, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, sessenta (60) dias de licença, para acompanhar tratamento em pessoa da família, a partir de 13 de julho do corrente ano.

Gabinete da Diretoria Geral, em 17 de agosto de 1970.

a) FLODOALDO TRINDADE — Diretor Geral

PORTARIA N.º 335-70

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

lotar o funcionário ANTONIO DA SILVA, do Quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia, no Gabinete da Diretoria Geral, a partir de 1.º de agosto de 1970.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de agosto de 1970.

a) FLODOALDO TRINDADE — Diretor Geral

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE REDAÇÃO ATA DA 19a. SESSÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de julho de um mil e novecentos e setenta, reuniu-se na Sala das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, sob a presidência do deputado Sílvio Barros, presentes os demais membros, a Comissão de Redação Final. Havendo número legal, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia onde o deputado Olavo Ferreira apresentou Redação Final dos seguintes processos. PROJETO DE LEI N.º 112-70, da autoria do Poder Executivo, que, em Mensagem de n.º 18-70, solicita autorização para contrair empréstimos ou obter financiamento externo até Cr\$ 182.000.000,00 (cento e oitenta e dois milhões de cruzeiros), para atender aos custos com a complementação das obras da ligação ferroviária entre Apucarana e Ponta Grossa e das outras providências. PROJETO DE LEI N.º 13-69, de autoria do deputado Leopoldo Jacomei, criando na sede do município de Quitandinha, um ginásio para funcionar a partir do próximo ano letivo. PROJETO DE LEI N.º 171-69, de autoria do deputado Sílvio Barros, autorizando o Chefe do Poder Executivo a determinar a inclusão da disciplina denominada Cultura Cívica, nos cursos de grau médio. PROJETO DE LEI N.º 13-70, de autoria do deputado Seme Scaif, declarando de utilidade pública o Conselho Apucaranaense de Assistência à Mulher. PROJETO DE LEI N.º 66-70, de autoria do deputado Amadeo Puppi, autorizando o Poder Executivo a considerar como sendo de utilidade pública a "Cruzada São Sebastião", com sede na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná. PROJETO DE LEI N.º 153-69, de autoria do deputado Leopoldo Jacomei, autorizando o Poder Executivo transferir para efeito de retificação e pavimentação, o trecho de estrada que liga Piraguara à estrada Curitiba-Parangaba (BR-277). PROJETO DE LEI N.º 263-69, de autoria do deputado Eurico Batista Rossa criando a Secretaria dos Negócios das Minas e Energia. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 7-70, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que, em proposição n.º 58-70, aprova, nos termos do artigo 22, inciso VII, da Constituição Estadual, os convênios firmados entre o Estado do Paraná e os municípios que especifica. APROVADOS. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos, cuja Ata eu, Antonio Lacerda Braga Neto, Secretário, para constar lavrei, Ata essa que, uma vez lida e achada conforme vai por mim e pelo senhor Presidente assinada para que produza os efeitos legais.

a) Sílvio Barros — p/Presidente

a) Antonio Lacerda Braga Neto — Secretário

PROJETO DE LEI N.º 112-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a contrair empréstimos ou obter financiamentos externos até o montante de Cr\$ 182.000.000,00 (cento e oitenta e dois milhões de cruzeiros), ou valor equivalente de moeda estrangeira, considerada a cotação cambial da data desta Lei, para atender aos custos com a complementação das obras de ligação ferroviária direta entre Apucarana e Ponta Grossa (Estrada de Ferro Central do Paraná).

Art. 2.º — O prazo, carência, juros, taxas adicionais e comissões, referentes aos empréstimos ou financiamentos a serem tomados, obedecerão às normas pertinentes ditadas pelas autoridades monetárias federais e às exigências dos órgãos encarregados da política econômica-financeira da União.

Art. 3.º — Os ônus tributários sobre o pagamento do principal, joras, taxas adicionais ou comissões, ficarão a cargo do mutuário final da operação de crédito.

Art. 4.º — Para efeito de amortização e resgate do principal, joras, taxas adicionais e comissões, constarão dos orçamentos dos exercícios futuros das dotações necessárias, de conformidade com as condições de prazo e valores constantes dos empréstimos ou financiamentos a serem contraídos devendo tais valores serem sempre reajustados na proporção das oscilações cambiais que advierem.

Art. 2.º — Fica o Poder Executivo autorizado a destinar recursos orçamentários para pagamento dos trabalhos executados ou a serem executados, mediante abertura de crédito suplementar, cujo valor, somado ao do empréstimo ou financiamento externo previsto no artigo primeiro, não exceda o limite de Cr\$ 182.000.000,00 (cento e oitenta e dois milhões de cruzeiros).

Art. 6.º — As autorizações previstas nos artigos 1.º e 5.º (primeiro e quinto) desta Lei, ficam condicionados à celebração do convênio com a União, visando ao ressarcimento de todos os recursos que, em decorrência desta Lei, foram ou vierem a ser aplicados na ligação ferroviária em apreço, e à aprovação dos seus termos pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 7.º — Observado o disposto no artigo anterior, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28-7-1970
aa) SILVIO BARROS — PRESIDENTE
OLAVO FERREIRA — Relator

PROJETO DE LEI N. 171-69

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECETA:

Art. 1.º — Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a determinar a inclusão da disciplina denominada Cultura Cívica nos cursos de grau médio.

Art. 2.º — A Cultura Cívica será ministrada, obrigatoriamente, nos horários normais das escolas oficiais e particulares.

Art. 3.º — Além dos ensinamentos relativos à formação cívica, dos alunos, a disciplina denominada Cultura Cívica se estenderá ministrando-se aulas com vistas à mecânica de tramitação de ofícios e requerimentos das pessoas para o Poder Público.

Parágrafo único — Os alunos aprenderão as fórmulas, bem como o tratamento dispensado às autoridades, para a feitura de requerimento e ofícios.

Art. 4.º — Na 1.ª, 2.ª e 3.ª série, o ensino cívico tratará especificamente da leitura dos grandes homens públicos brasileiros, de bandeira, da nacionalidade, dos sistemas de governo e dos fatos históricos.

Parágrafo único — Na 4.ª série, será ministrado o ensino prático do que trata o parágrafo único do artigo 3.º e ainda, dados estatísticos sobre produção bruta e densidade demográfica.

Art. 5.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28-7-1970.
aa) SILVIO BARROS — PRESIDENTE
OLAVO FERREIRA — Relator

PROJETO DE LEI N. 13-69

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do município de Quitandinha, um ginásio estadual para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28-7-1970.
aa) SILVIO BARROS — PRESIDENTE
OLAVO FERREIRA — Relator

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 770

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Ficam aprovados, nos termos do inciso VII, art. 22, da Constituição Estadual, os convênios firmados entre o Estado do Paraná e os Municípios de Barbosa Ferraz, no valor de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros); Bom Sucesso, no valor de Cr\$ 8.000,00 (seis mil cruzeiros); Cafeara, no valor de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros); Califórnia, no valor de Cr\$ 7.000,00 (sete mil cruzeiros); Campo Largo, no valor de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros); Cornélias, no valor de Cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros); Contenda, no valor de Cr\$ 7.000,00 (sete mil cruzeiros); Jussara, no valor de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros); Lapa, no valor de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros); Leonidas Marques, no valor de Cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros); Londrina, no valor de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros); Mallet, no valor de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros); Marechal Cândido Rondon, no valor de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros); Marã Helena, no valor de Cr\$ 7.000,00 (sete mil cruzeiros); Marialva, no valor de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros); Mariluz, no valor de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros); Marumbi, no valor de Cr\$ 9.000,00 (nove mil cruzeiros); Peabiru, no valor de Cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros); São João do Ivaí, no valor de Cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros); São Jorge do Oeste, no valor de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros); São José da Boa Vista, no valor de Cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros); Tapira, no valor de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros); Barracão, no valor de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros); Bocaiuva do Sul, no valor de Cr\$ 7.000,00 (sete mil cruzeiros); Cândido de Abreu, no valor de Cr\$ 9.000,00 (nove mil cruzeiros); Centenário do Sul, no valor de Cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros); Cél Azul, no valor de Cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros); Japira, no valor de Cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros); Jardim Olinda, no valor de Cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros); Paranapoema, no valor de Cr\$ 6.800,00 (seis mil cruzeiros); Pato Branco, no valor de Cr\$ 9.000,00 (nove mil cruzeiros); Tambora, no valor de Cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros); Ubitatã, no valor de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros); Verê, no valor de Cr\$ 9.000,00 (nove mil cruzeiros); Tomasina, no valor de Cr\$ 7.000,00 (sete mil cruzeiros); Wenceslau Braz, no valor de Cr\$ 7.000,00 (sete mil cruzeiros) e São Tomé, no valor de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), destinados à ajuda financeira àquelas comunas.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28-7-70.
aa) SILVIO BARROS — PRESIDENTE
OLAVO FERREIRA — Relator

PROJETO DE LEI N. 13-70

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

DECETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública o Conselho Apucararense de Assistência à Mulher, com sede e fóro na cidade de Apucarana.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28-7-70.
aa) SILVIO BARROS — PRESIDENTE
OLAVO FERREIRA — Relator

PROJETO DE LEI N. 66-70

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

DECETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a considerar de utilidade pública, a "Cruzada de São Sebastião", com sede na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28-7-70.
aa) SILVIO BARROS — PRESIDENTE
OLAVO FERREIRA — Relator

PROJETO DE LEI N. 153-69

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

DECETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir, ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de retificação e pavimentação, o trecho de estrada que liga Piraquara à estrada Curitiba-Paranaguá, (BR-277).

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28-7-70.
aa) SILVIO BARROS — PRESIDENTE
OLAVO FERREIRA — Relator

PROJETO DE LEI N. 263-69

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

DECETA:

Art. 1.º — Fica criada a Secretaria de Estado dos Negócios das Minas e Energia, com a finalidade de estudar, despachar, superintender e executar toda matéria relativa à produção mineral e energética.

Art. 2.º — O Poder Executivo encaminhará, oportunamente, mensagem propondo ao Poder Legislativo a criação do cargo de Secretário de Estado dos Negócios das Minas e Energia.

Art. 3.º — O Secretário de Estado dos Negócios das Minas e Energia é o representante legal do Estado, nos atos constitutivos de assembleias gerais e nos demais atos pertinentes à condição deste como acionista da sociedade de economia mista, cujos objetivos sejam afins com os dos setores da competência da pasta que dirige.

Art. 4.º — A Secretaria dos Negócios das Minas e Energia terá a seguinte estrutura geral:

- I — Órgãos de Direção e Assessoramento:
 - a) — Secretário de Estado;
 - b) — Gabinete;
 - c) — Assessoria Técnica, compreendendo os setores de minas e energia;
 - d) — Assessoria Jurídica.
- II — Órgãos de Atividade Meio:
 - a) — Diretoria de Administração;
 - b) — Diretoria de Planejamento e Controle.
- III — Órgãos de Atividades Fim e Vinculados à Secretaria:
 - a) — Departamento de Águas e Energia Elétrica (D.A.E.E.);
 - b) — Companhia Paranaense de Eletricidade (COPEL);
- IV — Órgãos Federais e Interestaduais, ou setor, em que o Estado tenha participação:
 - a) — Usina Termelétrica de Figueira S.A. (UTEFA);
 - b) — Central Elétrica Capivari-Cachoeira S.A. (ELETROCAP);
 - c) — Comissão de Industrialização do Xisto Probetuminoso (CIXPB);
 - d) — Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí (CIBPU).

§ 1.º — A estrutura interna, regulamento e classificação das funções gratificadas dos órgãos constantes dos incisos I e II, deste artigo, serão estabelecidos por decreto do Poder Executivo.

§ 2.º — São transferidos para a Secretaria de Estado dos Negócios das Minas e Energia os saldos de dotações orçamentárias destinados aos órgãos incorporados, inclusive as parcelas de dotações orçamentárias globais não utilizadas.

Art. 5.º — A estrutura organizacional dos órgãos integrantes da Secretaria de Estado dos Negócios das Minas e Energia ou a ela vinculados, será alterado por ato do Poder Executivo, sempre que, no interesse da administração, se faça necessário, observadas as disponibilidades financeiras de cada órgão.

Art. 6.º — As Delegações de Controle das Entidades Autárquicas, vinculadas à Secretaria de Estado dos Negócios das Minas e Energia, reger-se-ão pela Lei n. 4.688, de 4 de fevereiro de 1963.

§ 1.º — Em cada Delegação de Controle haverá um representante da Secretaria de Estado dos Negócios das Minas e Energia.

§ 2.º — Os representantes da Secretaria de Estado das Minas e Energia junto aos órgãos vinculados, constituirão um grupo de trabalho agregado à Diretoria de Administração incumbido de prestar assistência e orientação administrativa às autarquias, ao qual incumbirá ainda a apreciação dos balancetes e relatórios encaminhados.

Art. 7.º — Os cargos de Chefe de Gabinete, Diretores, Assessores e Oficiais de Gabinete, serão exercidos em Comissão, por indicação do Secretário de Estado dos Negócios das Minas e Energia e nomeação do Chefe do Poder Executivo.

Art. 8.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28-7-70.
aa) SILVIO BARROS — PRESIDENTE
OLAVO FERREIRA — Relator

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

ATA DA 4.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6.ª LEGISLATURA

Aos vinte e oito dias do mês de JULHO de um mil novecentos e setenta

reuniu-se a Comissão de Instrução Pública, na Sala das Comissões, logo após a sessão plenária e com a presença dos senhores deputados: OLAVO FERREIRA, JOSE ALENCAR FURTADO e FABIANO BRAGA CORTES. Havendo número legal, o senhor presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a ATA da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do dia, onde foram relatados os seguintes projetos de Lei: Projeto de Lei n. 63-70, de autoria do deputado ARMANDO MEIRZ DE MORAIS, cria na sede do município de Engenheiro Beltrão, uma Inspeção Regional de Ensino, também com jurisdição nos municípios da Quinta do Sol, Felix e Barbosa Ferraz. Relator Deputado JOSE ALENCAR FURTADO. Parecer pela aprovação. Aprovado. Projeto de Lei n. 103-70, de autoria do deputado PAULO POLI, cria uma Inspeção de Ensino Regional, com sede no município de Mamboré, com jurisdição nos municípios de Ubatã, Campina da Lagoa, Nova Cantu, Janiópolis, Boa Esperança e outras providências. Relator deputado JOSE ALENCAR FURTADO. Parecer pela aprovação. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar eu, LÓRIS CORDEIRO DE BARROS, Secretário, lavrei a presente Ata que lida e achada conforme é por mim e pelo senhor Presidente assinada para que produza os efeitos de Lei.

aa) OLAVO FERREIRA — Presidente
LÓRIS CORDEIRO DE BARROS — Secretário

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA ATA DA 4.ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6.ª LEGISLATURA

Aos vinte e nove dias do mês de julho de um mil novecentos e setenta, reuniu-se a Comissão de Instrução Pública, na Sala das Comissões, logo após a sessão plenária e com a presença dos senhores deputados: OLAVO FERREIRA, ALENCAR FURTADO e IGO LOSSO. Havendo número legal, o senhor presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a ATA da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, onde foi relatado o seguinte projeto de lei: Projeto de Lei n. 68-70, de autoria do deputado SEME SCAFF, cria na sede Municipal de Marafona, uma Escola Técnica de Comércio, 2.º ciclo. Relator deputado JOSE ALENCAR FURTADO. Parecer pela aprovação. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar eu, LÓRIS CORDEIRO DE BARROS, Secretário, lavrei a presente Ata que lida e achada conforme é por mim e pelo senhor Presidente assinada, para que produza os efeitos de lei.

aa) OLAVO FERREIRA — Presidente
LÓRIS CORDEIRO DE BARROS — Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 6.ª LEGISLATURA

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 9.ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Emílio Carazzai, presentes os senhores deputados Luiz Renato Malucelli, Ivo Tomazoni, Abrahão Miguel, Paulo Poli e Roberto Galvani. Havendo número legal, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da sessão anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia. PROJETO DE LEI N. 53-69, do dep. Roberto Wypych, será computado para efeito de aposentadoria e disponibilidade o tempo em que o servidor público estadual exerceu o magistério, de qualquer grau, em estabelecimento de ensino reconhecido pelo Poder Público, e dá outras providências. Relator o dep. Luiz Renato Malucelli. Parecer contrário. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 238-69, do dep. Antônio Lopes Júnior, declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede no mun. do mesmo nome. Relator o dep. Ivo Tomazoni. Parecer favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 258-69, do dep. Igo Lossó, autoriza o P.E. denominar "Professor Sétimas do Amaral Camargo", um dos estabelecimentos educacionais do Estado. Relator o dep. Luiz Renato Malucelli. Parecer favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 1-70, do dep. Fuad Nacif, cria uma Circunscrição de Trânsito no mun. de Goioerê, com jurisdição em Moatiza Salles, Janiópolis e Mariluz. Relator o dep. Ivo Tomazoni. O dep. Roberto Galvani solicita vista do processo. Deferido. PROJETO DE LEI N. 120-70, do Tribunal de Justiça que trata do novo Regimento de Juntas. O presente plano de lei retornou a esta Comissão pela quarta vez, novamente por força de emendas recebidas em plenário. O dep. Paulo Poli, relator da matéria, devolveu o projeto sem apreciação das últimas emendas, ao entender que as mesmas são extemporâneas, com o que concordam os demais membros presentes, ficando decidido que o projeto seja devolvido à Mesa sem parecer no que se refere às emendas recebidas fora do prazo. PROJETO DE LEI N. 80-70, do dep. Igo Lossó, declara de utilidade pública a Associação das Igrejas de Cristianismo Decidido", com sede em Curitiba. Relator o dep. Roberto Galvani. Parecer favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 99-70, do dep. Olívio Belich, autoriza o Secretário da Fazenda a cancelar os débitos de origem fiscal, relacionados ao I.C.M., como especifica. Relator o dep. Roberto Galvani. Parecer contrário. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 121-70, do dep. Erondy Silvério, autoriza o P.E. criar um Curso Especial, no distrito de Campo Magro, mun. de Almirante Tamandaré. Relator o dep. Luiz Renato Malucelli. Parecer favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 125-70, do dep. Gabriel Manoel, cria uma Circunscrição de Trânsito em Castro, com jurisdição nos municípios de Pirai do Sul, Jaguariaíva, Arapoti e Arapoti. Relator o dep. Roberto Galvani. Parecer favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 126-70, do dep. Arnaldo Busato, autoriza o P.E. a doar Cr\$ 50.000,00 à Associação do Instituto Nacional e Assistencial "Santa Cruz", de Capanema. Relator o dep. Roberto Galvani. Parecer contrário. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 127-70, do dep. Ovídio Franzoni, autoriza o P.E. criar uma Inspeção Regional de Ensino, com sede na cidade de Rondon, com jurisdição nos municípios que especifica. Relator o dep. Luiz Renato Malucelli. Parecer favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 128-70, do dep. Túlio Vargas, o P.E. instituirá anualmente, através da FUNDEPR, "Concurso de Literatura do Paraná", e dá outras providências. Relator o dep. Abrahão Miguel. Parecer favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI

N.º 130-70, do dep. Wilson Fortes, cria uma Inspeção de Ensino, com sede em Cidade Gaúcha, com jurisdição nos municípios que especifica. Relator o dep. Ivo Tomazoni. O dep. Roberto Galvani requer vista do processo. Deferido. PROJETO DE LEI N.º 132-70, Mensagem Governamental n.º 22-70, dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado do Paraná. Relator o dep. Roberto Galvani. Parecer favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 138-70, do dep. Arthur de Souza, autoriza o P.E. criar um Ginásio Estadual em Abranches, n.º Capital. Relator o dep. Roberto Galvani. Parecer favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 141-70, dos deputados Luiz R. Malucelli e Túlio Vargas, revoga o art. 5.º, da Lei n.º 5.917, de 7.3.1969, e o art. 57 da Lei n.º 5.978 de 1.8.1969. Relator o dep. Ivo Tomazoni. Parecer favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 144-70, do dep. Agnaldo Pereira Lima, estabelece normas de horário de trabalho aos ocupantes das séries fiscais e agentes fazendários, e outros funcionários, e dá outras providências. Relator o dep. Ivo Tomazoni. Parecer favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 145-70, do dep. Sílvio Barros, inclui um parágrafo à Lei n.º 6061, de 12.12.1969, que criou o Instituto Agrônomo do Paraná. Relator o dep. Luiz Renato Malucelli. Parecer favorável. Aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 2-70, do dep. Erondy Silvério, para os fins a que se refere a Lei de Meios, autoriza a Comissão Executiva, observar normas na elaboração de decreto legislativo de desdobramento do Orçamento Analítico que consiga dotações orçamentárias aos gabinetes que especifica. Relator o dep. Luiz Renato Malucelli. Parecer favorável. Aprovado. PROPOSIÇÃO N.º 54-70, expediente da Câmara e Prefeito Municipal de Araruna, solicitando, seja elaborado projeto de lei, que transfira ao D.E.R., para conservação e alargamento, a estrada que liga Campo Mourão, Araruna, São Lourenço e Cianorte. Relator o dep. Roberto Galvani. Parecer favorável com projeto de lei. Aprovado. Foi apresentado relatório à PROPOSIÇÃO N.º 82-70, concluindo que o veto está em condições de ser apreciado pelo plenário. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será por mim assinada bem como pelo senhor Presidente.

aa) Emílio Carazzai — Presidente
Mária Amélia de Oliveira — Secretária

COMISSÃO DE FINANÇAS 5.ª LEGISLATURA — 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 12.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de julho, do ano de um mil novecentos e setenta, na Sala das Comissões, reuniu-se às dezesseis horas, a Comissão de Finanças, sob a presidência do sr. deputado Roberto Galvani. Havendo número legal, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da Reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 435-68 — autor: sr. dep. Luiz Renato Malucelli, que autoriza o Poder Executivo elevar para Cr\$ 50,00, a pensão mensal concedida por lei a Santana Silva Metring, viúva do ex-sargento da Polícia Militar, João Metring Neto. Relator: sr. dep. Sílvio de Barros, parecer favorável com substitutivo. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 11-70 — autor sr. dep. Fuad Nacif, que cria uma circunscrição de trânsito em Centenário do Sul, com jurisdição nos municípios de Lupionópolis, Cafeara, Florestópolis e Porecatu. Relator: sr. dep. Ivo Tomazoni, que autoriza o Poder Executivo, a doar ao município de Dois Vizinhos um trator de propriedade do D.A.T.M. Relator: sr. dep. Sílvio de Barros. Parecer favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 36-70 — autor: Poder Executivo — Mensagem n.º 9-70, que encaminha anteprojeto de Lei que autoriza elevação do limite de garantia dada pelo Governo do Estado ao contrato de financiamento celebrado entre a Eletrobrás e a Eletroparc, conforme leis que especifica. Relator: sr. dep. Wilson Fortes. Parecer favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 37-70 — autor: Poder Executivo — Mensagem n.º 10-70, que encaminha anteprojeto de lei que objetiva autorização para a doação à Companhia de Habitação do Paraná, do terreno de propriedade do Estado, situado na cidade de Pirai do Sul. Relator: sr. dep. Paulo Poli. Parecer favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 44-70 — autor: sr. dep. Antônio Lopes Júnior, que autoriza o Poder Executivo, doar à Prefeitura de Bituruna, a Usina Hidrelétrica, localizada no rio Joacaba, naquele município. Relator: sr. dep. Sílvio de Barros. Parecer favorável com substitutivo. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 102-69 — autor: sr. dep. Leopoldo Jacomet, que acresce da alínea que especifica, o art. 3.º do Decreto n.º 17.171, de 19.2.65. Relator: sr. dep. Paulo Poli. Parecer favorável com substitutivo da C.I.P. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 117-70 — autor: Poder Executivo — Mensagem n.º 19-70, que dá nova redação ao artigo 10 da Lei n.º 5.957 de 20 de junho de 1969. Relator: sr. dep. Sílvio de Barros. Parecer favorável com emenda. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 118-70 — autor: sr. dep. Ivo Tomazoni, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Francisco Beltrão um trator marca "FIAT", na forma que especifica, cadastrado no Departamento de Assistência Técnica aos Municípios. Relator: sr. dep. Paulo Poli. Parecer favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 119-70 — autor: sr. dep. João Olívio Gabardo, que cria os Jogos Olímpicos Brasileiros, destinados a promover o encontro de todas as modalidades esportivas, a partir de 1971, e dá outras providências. Relator: sr. dep. Paulo Poli. Parecer favorável. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou a presente reunião da qual para constar lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme, será assinada por mim e pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

a) Roberto Galvani — Presidente
a) Lélis G. Sotio Maior — Relator

COMISSÃO DE REDAÇÃO ATA DA 20.ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de agosto de um mil e novecentos e setenta, reuniu-se na Sala das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, sob a presidência do deputado IVO TOMAZONI, com a presença dos demais membros a Comissão de Redação Final. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, onde o senhor deputado ROBERTO GALVANI apresentou Redação Final dos seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 251-69, de autoria do deputado SÍLVIO BARROS, alterando o sistema de cobrança e estabelece novas normas sobre o tributo de tráfego de veículos. PROJETO DE LEI N.º 1-70, de autoria do deputado EMÍLIO CARAZZAI, revogando o 1

1.º do artigo 5.º, da Lei n.º 4.946, de 4 de novembro de 1964. PROJETO DE LEI N.º 245-69, de autoria do deputado LUIZ RENATO MALUCELLI, autorizando o Poder Executivo a criar na sede do município de Kaloré, uma Escola Normal de grau colegial, para funcionar a partir do próximo ano letivo. PROJETO DE LEI N.º 149-69, de autoria do deputado OVIDIO FRANZONI, autorizando o Poder Executivo a criar na sede do município de Nova Olímpia, um estabelecimento de ensino de grau médio de primeiro ciclo, para funcionar a partir do ano letivo de 1970. APROVADOS. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos, cuja Ata eu, ANTONIO LACERDA BRAGA NETO, Secretário, lavrei, Ata essa que, uma vez lida e achada conforme, vai por mim e pelo senhor Presidente assinada, para que produza os efeitos legais.

aa) Ivo Thomazoni — Presidente
Antonio Lacerda Braga Neto — Secretário

PROJETO DE LEI N.º 251-69

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a determinar que a cobrança do tributo sobre tráfego de veículos seja cobrada por doze (12) meses, sem vinculação com o ano civil ou exercício financeiro.

Art. 2.º — Nas plaquetas superpostas e fixadas nas placas dos veículos, além do ano será gravado o número do mês, no qual o veículo foi licenciado.

Art. 3.º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 4.8.70

aa) Ivo Thomazoni — Presidente
Roberto Galvani — Relator

PROJETO DE LEI N.º 64-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA

Art. 1.º — Fica revogado o § 1.º, do artigo 5.º, da Lei n.º 4.946, de 4 de novembro de 1964.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 4.8.70

aa) Ivo Thomazoni — Presidente
Roberto Galvani — Relator

PROJETO DE LEI N.º 245-69

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do município de Kaloré, uma Escola Normal de Grau Colegial, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 4.8.70

aa) Ivo Thomazoni — Presidente
Roberto Galvani — Relator

PROJETO DE LEI N.º 149-69

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na sede do município de Nova Olímpia, um Ginásio Estadual, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 4.8.70

aa) Ivo Thomazoni — Presidente
Roberto Galvani — Relator

COMISSÃO DE POLÍCIA

4a. SESSÃO LEGISLATIVA — 6a. LEGISLATURA

Aos doze dias do mês de agosto de um mil novecentos e setenta, na sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Polícia, logo após a sessão plenária, com a presença dos senhores deputados João Mansur, Nelson Buffara, Sem Scaff, Pinto Dias e Roberto Galvani. Havendo número legal, o senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, onde foi relatado o Projeto de Lei n.º 51-70, de autoria do deputado Wilson Fortes, criando na sede do Município de Loanda, uma Circunscrição de Trânsito, com jurisdição nos municípios que especifica. Relator Nelson Buffara. Párecer pela aprovação. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrado os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, lavrei ATA, que depois de lida e achada conforme será assinada pelo senhor Presidente e por mim, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

aa) João Mansur — Presidente
Carmen A. Fregoneze — Secretária